



## **No Limite da Liberdade de Imprensa: Censura, Discurso e Ideologias na Deformação do Jornalismo Pelos Periódicos Impressos de Recife Exemplificado no Caso do Jornalista Cícero Belmar.<sup>1</sup>**

Alexandre Acioli Jr.<sup>2</sup>

Luís Momesso<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tenta traduzir a realidade dos jornalistas diante do limite da liberdade de imprensa. Esse limite embasa-se na explanação do confronto entre a censura dos proprietários de veículos impressos diante da venda das notícias e a autocensura de jornalistas que tentam construir a notícia direcionada à sociedade, mas são barrados pelo discurso das mídias repleto de construções de responsabilidade social pela ótica filtrada das empresas de jornalismo produzido em Recife. Diante disto, tenta-se ampliar o conhecimento da representação do profissional jornalista para sociedade.

**Palavras-chaves:** Liberdade de imprensa; censura; discurso; ideologia.

**Abstract:** *This article tries to ahead translate the reality of the journalists of the limit of the press freedom. This limit is based in the communication of the confrontation enters the censorship of the proprietors of vehicles printed matters ahead of the sales of the notice and the autocensorship of journalists who try to construct the directed notice to the society, but is barred by the speech of the medias full of constructions of social responsibility for the filtered optics of the companies of journalism produced in Recife. Ahead of this, it is tried to extend the knowledge of the representation of the professional journalist for society.*

**Word-keys:** *Freedom of the press; censorship; speech; ideology.*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT - Mediações e Interfaces Comunicacionais, do Iniciacom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

<sup>2</sup> Formado em comunicação social, habilitado em Jornalismo, graduando-se em História pela UFPE. Fez curso complementar de História Oral pelo Instituto Histórico de Olinda, dirige e produz documentários desde 2005 e faz pesquisas na área de Mídia e Processos Sociais desde 2006. E-mail: [aciolijr@yahoo.com.br](mailto:aciolijr@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Orientador. Professor do Curso de Comunicação da UFPE. E-mail: [momessoufpe@superig.com.br](mailto:momessoufpe@superig.com.br)



A proposta temática deste artigo tem por objetivo analisar os limites da liberdade de imprensa em Pernambuco, assim como fazem parte desta construção indicações e indignações remetidas aos discursos midiáticos, e às ideologias<sup>4</sup> do jornal e do jornalista. Primeiramente, o modelo teórico-metodológico seguido será esmiuçado para dar um suporte maior à compreensão deste artigo e, posteriormente, haverá o desdobramento da pesquisa empírica de um caso específico do jornalismo recifense. A seguir, um preâmbulo inicial da construção argumentativa.

O pressuposto é a demissão do ex-editor executivo do Jornal do Comércio (JC), Cícero Belmar, pelo possível “pacto de não-agressão”<sup>5</sup> entre os proprietários dos veículos impressos JC e Folha de Pernambuco (FP). Assim, torna-se evidente alguns afrontamentos à Lei de Liberdade de Imprensa, de 1976, e as (des)indicações para ampla liberdade de comunicação da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) que não serão deixadas de lado, mesmo ciente da cautela de alguns pesquisadores<sup>6</sup> em questionar o sentido dessa liberdade. Desta maneira, a proposição deste caso não é o centro da questão, mas sim a exemplificação de um sistema falho de incompetência gerencial e de abafamento das vozes dos jornalistas que também padecem do mesmo mal, da imposição de liberdades e da sufocação por excesso de filtros que estão repletos de interesses materiais e, de forma alguma, neste caso, não há espaço para outra liberdade maior, a de pensamento. Então, a exemplificação da realidade do jornalista Cícero Belmar traduz a falência de uma profissão como responsabilidade social. Assim sendo, há o direcionamento da investigação para atitudes relevantes das empresas de periódicos impressos como forma de esclarecer o discurso midiático<sup>7</sup>, além de indicar o domínio da informação impressa mantida por três veículos na capital pernambucana<sup>8</sup>.

Aqui a análise da liberdade de imprensa é entendida não desligada aos interesses particulares. Principalmente, se tratando de periódicos impressos – especificamente

---

<sup>4</sup> Existe uma gama de construções que remetem à tradução deste termo. É complicado garantir somente um sentido ao termo, obvio que se deve atentar às construções já pesquisadas e estudadas, mesmo porque já se faz consciente o trabalho desenvolvido por Bacon, Kant, Hegel, Marx, Mannheim, Bloch, Horkheimer, Althusser, Bourdieu, Gabel. Diante disto, apresenta-se esta terminologia, *grosso modo*, que irá se alinhar ao repertório do que é seguido pelos jornalistas e pelo que é tido como referência “repertórica” dos jornais. Para entender a mais, ver Comunicação e Ideologia, coordenado pelo Frei Clarêncio Neotti.

<sup>5</sup> Este pacto dos proprietários João Carlos Paes Mendonça, JC, e Eduardo Queiroz Monteiro, FP, foi uma resposta para explicar o que aconteceu com Belmar, segundo as entrevistas da investigação deste caso, em janeiro de 2007. Belmar diz que entre os dois há um respeito acerca das notícias que são veiculadas e nenhum dos dois pode se agredir, sujeito às sanções cabíveis. Neste caso, a sanção foi a demissão deste jornalista de aparentemente alto nível de confiança no periódico JC.

<sup>6</sup> Como, por exemplo, Ciro Marcondes Filho, que é uma das referências neste tipo de investigação. Outra é Cremilda Medida, USP, e Luís Momesso, UFPE.

<sup>7</sup> CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>8</sup> Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco



noticiosos – tidos como mercadoria, muitas vezes vistos como entretenimento, dentro de um sistema capitalista. Como expõe MARCONDES FILHO:

“A liberdade política do empresário está associada, de fato, à sua liberdade econômica. A relação, na verdade, é inversa. A liberdade econômica e seu capital garantem a liberdade política. No capitalismo a amplitude política está na razão direta do volume do capital; quanto maior o capital, maior liberdade. [...] Ocorre que a imprensa, como uma instituição que se presta a um trabalho social, o de informar, à medida que tende à concentração nas mãos de alguns grandes empresários, fica cada vez mais longe da democracia política” (MARCONDES FILHO, 1989, p.95).

É claro que a visão de Marcondes compreende também a parcela significativa da fatia política e não só da econômica do jornalismo produzido em fins da década de 80 perpetuados até hoje, mesmo porque essa relação é muito próxima, assim como essas parcelas são intimamente ligadas ao poder de coerção simbólica. Não é o fato da legislação favorecer ideologicamente ou em discurso os jornalistas e os jornais, pois – de fato – o argumento evidente como ordem de verdade se volta às manipulações dos instrumentos de poder atreladas aos proprietários de grandes veículos<sup>9</sup>. E Marcondes argumenta o porquê desta construção de verdade:

“É por isto que a “luta pela liberdade de imprensa” levada a cabo pelos donos das empresas jornalísticas não tem nada de democrático em relação às possibilidades políticas de participação. Os empresários do jornalismo usam-na para impor-se como segmento significativo do empresariado que, como os demais, almeja parcela do poder, barganhando com o Estado.” (Idem, 1989, p.96)

Tanto o Jornal do Comércio quanto o Folha de Pernambuco estão associados à ANJ e, dessa forma, estão permeados pelo discurso das suas próprias liberdades. Essa liberdade de imprensa é uma farsa, à medida que são depositados os desejos de expressar verdade de muitos jornalistas resignados que temem em dizê-las por condições circunstanciais de inversão de valores impostas pelos dominadores sumariamente creditados como éticos e, de certa maneira, sem ética nenhuma e figurados na sustentação apropriada do círculo apático de grupos fiscalizadores que podem ser guiados por direções não tão claras. Imersos em falsos guias, falsas referências, a noção de ética e respeito passa longe do espelho da imagem lúdica do

---

<sup>9</sup> De tiragens diárias com aproximadamente ou acima de 50 mil exemplares



discurso da ANJ<sup>10</sup>, cujos jornais a ela associados fazem questão de sobrepor-se aos postulados da própria Associação.

“A luta pela liberdade de expressão e de imprensa, por qualquer meio de comunicação, não é tarefa de um dia; é um esforço permanente e com isso a ANJ está comprometida. [...] A Associação Nacional de Jornais acompanha, investiga, denuncia, pede providências e se manifesta em defesa da liberdade de expressão. De longa data, é reconhecida nacional e internacionalmente como referência na defesa da liberdade de imprensa no Brasil”<sup>11</sup>

Mesmo com órgãos fiscalizadores e repletos de funcionalidade, na prática a argumentação vai por água abaixo e, assim, ela desemboca nos interesses particulares alertados por Marcondes no que se refere ao capital que reage à publicação da notícia ou ao peso simbólico após sua divulgação. A dominação simbólica fica muito mais clara compreendendo que os blocos, político e econômico, dos proprietários do JC e da Folha também se nutrem da ferramenta noticiosa para conquistar espaço na sociedade. No caso da família Queiroz Monteiro da Folha de Pernambuco, ela domina a economia e a política de Pernambuco há séculos<sup>12</sup>. A relevância deste fato contribui na construção da diretriz base da identidade dos proprietários dos jornais, que também faz parte da mesma identidade colonialista dos proprietários de engenho de cana de açúcar. Talvez, isto se baste pelo fato dos empreendedores do ramo de notícias estarem amalgamados ao sistema de usinas e destilarias. Ser empreendedor a ponto de montar uma indústria de fazer notícias é difícil, mas é muito fácil carregar a índole de uma referência sofrível de mau trato à mão de obra utilizada em vários segmentos profissionais, além da empregada temporariamente no corte de cana pelas usinas ou destilarias pernambucanas e matogrossenses. Com relação à colocação desta última região, a complementação das informações para o entendimento de parte da realidade matogrossense será exposta

<sup>10</sup> No site da ANJ, em fins de 2007, havia uma cartilha que os jornais associados deveriam seguir. Hoje, esta cartilha não mais se encontra no endereço eletrônico, muito embora seus desejos eram de: “Sustentar a liberdade de expressão, o funcionamento sem restrições da imprensa e o livre exercício da profissão”; “Apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses”; “Assegurar o acesso de seus leitores às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade”. Afinal de contas quem financia a ANJ é o Banco do Nordeste, os anunciantes dos jornais ou os proprietários dos jornais?

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.anj.org.br/programas-e-acoas/liberdade-de-imprensa> (Último acesso 14/04/08).

<sup>12</sup> Apresentei uma Comunicação Coordenada na ocasião do VII encontro regional sudeste de História Oral na FrioCruz, Rio de Janeiro. O assunto dava conta dos trabalhadores rurais: morada e identidade cultural na Zona da Mata Pernambucana, para saber mais ver <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/AlexandreAciol%20Jr.pdf>. Ou ler DABAT, Chistine Paulette Yves Rufino. Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Tese de Doutorado defendida no PPGH - UFPE, sob a orientação da Prof. Dra. Maria do Socorro Ferraz. Recife: O Autor, 2003. Ou ler DÉ CARLI, Gileno. História de uma fotografia. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985.



adiante em um caso específico que é justamente o fator complementar “X” de dominação e censura.

Arelados aos mecanismos de dominação, há o que se pode designar de censura da parte da sociedade civil, do Estado e não só de uma pessoa. Marcondes entende esta censura em dois níveis disponíveis em planos complementares do Estado e dos jornais:

“O controle estatal da informação ocorre em situações em que há instabilidade interna e o Estado passa a assumir o controle político da sociedade: situação de exceção, ditaduras militares, Estados autoritários, totalitários etc. Via de regra, contudo, o poder de controlar as informações que se veiculam é distribuído pelas instituições que fazem parte da sociedade civil (Igreja, escolas, universidades, aparelho judiciário, meios de comunicação “de massa”, sindicatos, agremiações). [...] No caso do jornal, a forma de censura típica não é a estatal, mas a censura empresarial do jornal diluída nas relações de poder internas, na linha editorial, nos “indivíduos incriticáveis”, nas formas de adaptação de textos etc.” (MARCOCODES FILHO, 1989, p.98-99)

Entende-se esse termo censura - e a sua personificação em alguns agentes – em consonância com seu peso do período ditatorial vivido pelo Brasil e por muitos países, principalmente latino-americano. Sendo que aqui, deve-se atentar à possibilidade deste termo ao transformar-se em discurso anti-heróico, valendo-se da argumentação de censura para direcionar a construção da realidade nos periódicos com o foco voltado aos interesses particulares. No entanto, o jornalista também reserva a si a autocensura diante dos mecanismos de exposição de verdade dentro de um repertório que é próprio de quem está construindo uma notícia e influenciando várias realidades no cotidiano da sociedade. É atento às possibilidades de intervenções políticas, econômicas e simbólicas dentro e fora desta autocensura que Bourdieu irá afirmar como parte da sistematização proposta pela consolidação do que abrange censura:

“Uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa possa ser dita. [...] É verdade que há intervenções políticas, um controle político (que se exerce sobretudo através das nomeações para os postos dirigentes) [...] As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura”. (BOURDIEU, 1996, p.19)

Dito desta forma, a consciência dos jornalistas transcende imposições da estrutura formatada pelos dirigentes da sociedade. Mesmo sem querer confirmar a



precariedade da forma de fazer mídia, tem-se que admitir, definitivamente, que apontar nomes, direção de uma pessoa ou entidade ao assinar a construção da realidade noticiosa não adianta muita coisa ou nem serve para modificação da figura envolvida num fato qualquer. O que se vê ultrapassa as lentes se, de fato, estivermos lidando com modificações de mentalidades. Resta saber qual o mapa mental a ser seguido, mas se deve é ir bem além da metáfora dos óculos. “Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado.”<sup>13</sup>

Contudo, a primazia do conhecimento compartilhado serve para atender a demanda dos que nem se quer conhecem a profissão jornalista ou, ainda, continuam a romantizar o lazer da escrita, do discurso, como Michel Foucault fazia antes de conhecer a ordem do discurso influenciada por seu professor M. Dumézil diante de beleza de dizer o que se pensa ao se escrever<sup>14</sup>.

Realmente a autocensura cede espaço para o acréscimo de informações a esta idéia de contra-estrutura, ou pelo menos contra a estrutura atual, que é secular, e que está sendo produtora ainda de uma falsa consciência ou falsa cultura e que sustenta os interesses dominantes. Já o lado dos jornalistas na construção da notícia, é importante não perder a direção ao mudar de raciocínio completamente pelo viés do pessimismo sociológico de Pierre Bourdieu:

“As pessoas descobrem cada vez mais cedo as necessidades terríveis da profissão. [...] O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente (sobretudo do lado dos dominados, evidentemente) a cólera, o asco ou o desencorajamento diante da realidade de um trabalho que se continua a viver ou a reivindicar. [...] Mas se está longe de uma situação em que essas amarguras ou esses repúdios poderiam tomar a forma de uma verdadeira resistência, individual e sobretudo coletiva”. (Idem, 1996, p.53)

Dessa forma, pode-se entender, também, a importância de estar alerta aos caminhos a seguir na carreira profissional e das possíveis aspirações do jornalista, que nem sempre devem ser guiadas pelas escolas, faculdades, mercado. Ir além das

---

<sup>13</sup> Essa idéia de construção do filtrado e manipulação da realidade para transposição da idéia na matéria escrita – ou televisionada – é uma das arestas da base condicional da função do jornalista. É visto, assim, seu repertório, sua ideologia dentro e fora dos óculos, metaforicamente colocados para discernir sua posição em relação ao seu próprio ponto de vista e o ponto de vista dos proprietários dos veículos noticiosos. Para mais ler BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1996. p.25

<sup>14</sup> Para saber mais sobre isto, ler FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.



dissonantes narrativas dos mantenedores da forma como é feito o jornalismo. Se esta forma é, ela não precisa continuar sendo assim, e, ainda mais, isto pode se tornar justificativa para a passividade nas relações de produção e das referências do jornalismo tão ferozmente defendido como responsabilidade social.

Diante deste levantamento teórico, a metodologia subsequente consiste em expor o acontecimento que acionou preocupações de como está sendo repetido o modelo de jornalismo colonialista do século XIX e, dessa maneira, tentar retirar a apatia do jornalista imerso ou não neste desconhecido e atraente universo da comunicação social para construção de algo realmente diferente de modelos preponderantes. O impulso de reviravolta presente neste artigo faz parte da complexidade presente na brusca mudança de mentalidade em eternos curiosos por mais informação, ou até por informações que chegam acidentalmente, e que se deparam com ingerências ou descuido não só com relação aos laços profissionais, mas com os laços humanos, com o respeito ao próximo e possibilidades de desenvolvimento pessoal em atividades sociais.

No início deste artigo, a premissa em questão não deve ser transformada heroísmo e, muito menos, pode se caminhar a favor da atitude de pôr na parede os vilões deste e de outros acontecimentos. Pelo que foi desenrolado e concatenado, a estrutura não será modificada desta forma, por indicações. Assim, seria impossível pôr este conjunto de idéias em consonância com o que está em ebulição para ser produzido por muitos jornalistas ou outros profissionais desconhecidos que estão em busca de construir e manter uma rede de comunicação em prol de várias consciências favoráveis à manutenção da mensagem repleta de subjetividade e de outros espaços de contribuição às várias faces de interpretação da realidade, da objetividade em denunciar e informar permeado pela responsabilidade, quem sabe até pela ética. O caso Belmar que será exemplificado a seguir não está isolado com relação ao tema e à periodicidade de outros acontecimentos<sup>15</sup>. Reservo a idéia de formatar a narrativa a seguir expondo o direcionamento ideológico de um dos poucos desdobramentos corajosos que outros canais midiáticos não fizeram a favor da liberdade de imprensa, de expressão e dos direitos humanos pelo suporte eletrônico ou não.

A Lei de Imprensa nº 5.250, de nove de fevereiro de 1967, diz sobre a regulamentação da liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Em seu

---

<sup>15</sup> A construção de um banco de dados de casos afins está sendo elaborada e entrevistas estão sendo produzidas e arquivadas para embasar a identidade do jornalismo produzido nos principais veículos impressos em Pernambuco. A respeito de outros casos de limite da liberdade de imprensa acessar o blog Acerto de Contas, disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/> (último acesso 14 de abril de 2008).



Art. 1º, a lei defende: “É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de *censura*, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer”.

O ex-editor executivo do Jornal do Comércio, Cícero Belmar, é a prova da ingerência empresarial na mídia impressa pernambucana. No dia 21 de junho de 2005, esse jornalista foi demitido por liberar informações da agência de notícias Cartamaior no Jornal do Comércio. A reportagem tinha como fonte o Ministério do Trabalho e se tratava da libertação de 1.200 trabalhadores da Destilaria Gameleira (Hoje Araguaia), em Mato Grosso, no município de Confresa, sob a prática de condições servis. Todavia, a veiculação da notícia envolvia o empresário pernambucano Eduardo Queiroz Monteiro, que também possui o jornal Folha de Pernambuco.

No dia primeiro de julho, quase um mês após a demissão do jornalista Cícero Belmar, houve uma manifestação pequena em frente ao veículo que ele trabalhava, mas trouxe repercussão nas arestas da estrutura do jornalismo pernambucano. No site da agência de notícias RepórterBrasil, os repórteres Rosário de Pompéia e Rafael Sampaio puseram uma matéria, na semana seguinte à demissão, que contribui a mais para expressão do ato de manifestação:

“Jornalistas, representantes de organizações não governamentais e de movimentos sociais, advogados e estudantes foram às ruas da capital pernambucana numa manifestação pela liberdade de imprensa no estado. O ato, organizado pelo Fórum Pernambucano de Comunicação e pelo Sindicato dos Jornalistas, aconteceu em frente ao Jornal do Comércio.”<sup>16</sup>

E indicou as relações de poder:

“A direção do veículo assistiu ao protesto pela câmera de vídeo localizada na portaria do jornal, o que inibiu a participação no ato dos repórteres da redação. Poucos se juntaram aos manifestantes e nenhum aceitou comentar a demissão de Belmar”

Os repórteres desta matéria, que está sendo destrinchada, ainda indicaram a posição ideológica de outros jornalistas que tiveram seus direitos cerceados pela coerção específica de um dos envolvidos, proprietário de produção de notícia:

“Quando era editor da Folha de Pernambuco, o jornalista Beto Rezende foi demitido por Eduardo Queiroz Monteiro por retaliação. “Na época, eu lutava pelo pagamento das horas extras e discutia como

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=379> (Último acesso: 15/04/08)



a entrega dos contras-cheques era feita, apenas cinco minutos antes do banco fechar. Depois de um mês, fui demitido por não me enquadrar na política do jornal”, explica Rezende, que tem 18 anos de profissão e passou pelas principais redações de Pernambuco.”<sup>17</sup>

Durante a publicação da notícia do acontecimento na Destilaria Gameleira feito por Belmar; na mesma semana houve a sua demissão; e a posterior repercussão deste caso: nenhum periódico impresso pernambucano ousou pensar a notícia nem o que Belmar tinha a dizer.

### **Considerações:**

Definitivamente, não é política a ordem deste discurso e não está em questão aqui reverberar ecos para si, muito pelo contrário. Se não há conclusão a priori é pelo estágio embrionário das análises teóricas, da escassez de fontes, dos muitos jornalistas que se negam a representar seu próprio papel de informar o que acontece consigo, dos jornais que fecham as portas para este tipo de estudo. A cada momento, torna-se mais importante a investigação da realidade da mídia recifense, visto que os depoimentos colhidos dos poucos, mas cada vez aumenta o número, é uma forma de desafogar o peso de sua própria realidade e dos destratos sofridos pelas estreitas relações de dominação. Esta pesquisa está sendo realizada de forma a partilhar informações importantíssimas na construção do jornalismo atual e, principalmente, dos seus pedreiros: os jornalistas. Assim, este gosto amargo na boca não será somente por justiça, mas sim por mais tentativas de reverter dificuldades e ampliar o conhecimento para o exercício da profissão jornalista.

### **Referências Bibliográficas:**

Acerto de contas, 15 de abril 2008, online, disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/>

Associação Nacionais dos Jornais Disponível (ANJ), 15 de abril 2008, online, disponível em: <http://www.anj.org.br/programas-e-acoos/liberdade-de-imprensa>

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1996

---

<sup>17</sup> Idem



CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006

DABAT, Chistine Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Tese de Doutorado defendida no PPGH - UFPE, sob a orientação da Prof. Dra. Maria do Socorro Ferraz. Recife: O Autor, 2003.

DÉ CARLI, Gileno. **História de uma fotografia**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1985

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia – jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982

NEOTII, Frei Clarêncio (ORG.). **Comunicação e Ideologia**. São Paulo: Loyola, 1980

RepórterBrasil, 15 de abril 2008, online, disponível em:  
<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=379>

## **Bibliografia**

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus, 1986

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder**. Fortaleza: Imprensa oficial do Ceará, 1994